



MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

# BOLETIM INFORMATIVO

INFORMAÇÃO AO SERVIÇO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

JULHO DE 2023 - EDIÇÃO 104 - WWW.MEF.GOV.MZ

EM FOCO

SOBRE BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS  
E FINANCIAMENTO AO TERRORISMO

**MEF ORGANIZA REUNIÃO DE ALTO  
NÍVEL DO COMITÊ DE ASSISTÊNCIA  
TÉCNICA DA LISTA CINZENTA**

PAG.3

## DESTAQUE

De Acordo com a SADC  
Moçambique Regista  
Progressos para Sair  
da Lista Cinzenta

PAG.4





REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE  
**MINISTERIO DA ECONOMIA E FINANÇAS**

## **CARTA DE SERVIÇOS**

### **Natureza**

Órgão Central do Aparelho do Estado que, de acordo com os princípios, objectivos e tarefas definidos pelo Governo, orienta a formulação de políticas de desenvolvimento económico e social, coordena o processo de planificação e superintende a gestão das finanças públicas.

### **Missão**

Conceber, formular, executar e avaliar as políticas de desenvolvimento económico e social sustentável e inclusivo, assegurando a mobilização e alocação criteriosa, bem como o controlo da utilização eficiente, eficaz e transparente dos recursos públicos.

### **Visão**

Impulsionar o desenvolvimento sócio-económico do País através da prestação de serviços de excelência na gestão de políticas económicas e sociais integradas e de prestação de contas, em prol do progresso e bem-estar do povo moçambicano.

### **Valores**

Meritocracia, Eficiência e Focalização.

### **Serviços Essenciais**

- Elaborar a proposta do Programa Quinquenal do Governo, do Cenário Fiscal de Médio Prazo, do Plano Económico e Social do Orçamento do Estado e a Conta Geral do Estado;
- Orientar a fixação da previsão plurianual das receitas e do financiamento do Orçamento do Estado e comunicar os limites da despesa anual dos Órgãos e instituições do Estado;
- Implementar políticas Tributárias, Aduaneiras, Orçamental, de Seguro se de Previdência Social dos Funcionários Agentes do Estado e dos Combatentes;
- Elaborar Normas e Instruções sobre a Execução do Orçamento do Estado;
- Elaborar Relatórios do Balanço do Plano Económico e Social e de Execução do Orçamento do Estado;
- Celebrar, em representação do Estado, acordos de contratação de Dívida Pública Interna e Externa e zelar pela sua implementação;
- Coordenar a avaliação da execução das políticas macro-económicas e sectoriais.



Sobre Branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo

## MEF Organiza Reunião de Alto Nível do Comitê de Assistência Técnica da Lista Cinzenta



O Ministro da Economia e Finanças, Ernesto Max Tonela, reuniu-se hoje, em Maputo, com os parceiros internacionais para a actualização do ponto de situação do processo de remoção de Moçambique da lista cinzenta do Grupo de Acção Financeira (GAFI).

O encontro acontece na sequência da avaliação e validação do relatório de progresso do GAFI em Paris, França, no último dia 23 de Junho, onde foram avaliados os desenvolvimentos de Moçambique até o momento.

O embaixador da União Europeia, Antonino Maggiore, elogiou o trabalho que tem sido desenvolvido, destacando o empenho e o alto nível de comprometimento e coordenação demonstrado pelo Governo, ressaltando que ainda existem muitos desafios pela frente.

Por seu turno, o Director-Geral Adjunto do Gabinete de Informação financeira

de Moçambique (GIFIM), Luis Cezerilo, apresentou os desenvolvimentos e os passos subsequentes a serem tomados pelos sectores de acordo com a programação do GAFI com vista ao próximo encontro com a entidade no próximo dia 3 de Outubro.

Cezerilo também apresentou um sistema de gestão documental que foi desenvolvido internamente para uma

maior dinâmica e que permite uma monitoração eficiente e a matriz dos resultados alcançados.

O encontro contou com a participação de todos os sectores do Governo envolvidos no processo de remoção de Moçambique da lista cinzenta, incluindo a Procuradoria Geral da República, Tribunal Supremo, Unidade Kimberly, o Serviço de Investigação Criminal, Alfândegas, Banco de Moçambique e o Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique.

Os sectores manifestaram como maiores desafios as questões de formação e de recursos humanos. Os parceiros, por sua vez, na voz do Embaixador da União Europeia comprometeram-se a trabalhar no sentido de atender a algumas deficiências.

A próxima reunião do GAFI que irá avaliar o progresso de Moçambique terá lugar, em Paris, no próximo dia 23 de Outubro de 2023.





De Acordo com a SADC

## Moçambique Regista Progressos para Sair da Lista Cinzenta



O Comitê de Ministros de Finanças e Investimento da Southern African Development Community (SADC) reunido, no dia 20 de Julho de 2023, enalteceu os progressos que Moçambique tem vindo a registar para a sua remoção da lista cinzenta em cumprimento das recomendações do Grupo de Acção Financeira (GAFI).

Intervindo na reunião, a Vice-Ministra da Economia e Finanças, Carla Louveira, destacou que os avanços de Moçambique têm sido implementados em três âmbitos que compreendem o nível da revisão do quadro legal e regulamentar, em conformidade com as recomendações do GAFI, o nível da operacionalização de estruturas de coordenação institucionais de combate ao branqueamento de capitais e

financiamento do terrorismo no país e o nível da aceleração da digitalização dos pagamentos do Estado com vista a melhoria do controlo dos fluxos financeiros.

Durante a sessão, o Comitê aprovou medidas para a melhoria do quadro económico das economias da região, com destaque para o fundo para o desenvolvimento regional da SADC, o roteiro de medidas do protocolo da SADC sobre Finanças e investimento, o modelo de acordo para evitar a dupla tributação a nível da SADC, a Estratégia de Inclusão Financeira e Acesso das Pequenas e Médias Empresas (PMEs) ao financiamento para o período de 2023 a 202 e a criação de um subcomitê de combate ao branqueamento de capitais.

O Comitê de Finanças e Investimento contou, igualmente, com a Reunião do Painel de Avaliação de Pares

da SADC, na qual Moçambique apresentou os avanços alcançados face às metas de convergência macroeconómica. Na ocasião, Louveira falou dos progressos do país, tendo referido que a nível económico Moçambique registou um crescimento de 4,2% em 2023 com perspectivas de um crescimento económico no fecho do ano, decorrente, sobretudo, da execução dos projectos energéticos e da agricultura, da estabilidade do nível geral de preços, da redução do rácio da dívida pública em percentagem do PIB, da implementação do Pacote de Medidas de Aceleração Económica, aliadas à consolidação do quadro fiscal, visando a racionalização da despesa pública e alargamento da base tributária num cenário do programa com o Fundo Monetário Internacional.

No mesmo diapasão, a SADC aprovou, igualmente, o Plano Quadrienal para as avaliações pelos pares aos Estados Membros para o período de 2023-24 a 2026-27, tendo apontado que em face dos choques externos, apesar dos sinais de recuperação económica assinalados, todos os Estados Membros não atingiram a maioria das metas de convergência macroeconómica em 2022.

De salientar que, para além de Moçambique, a nível da SADC, encontram-se na lista cinzenta a República Democrática do Congo, África do Sul e a Tanzânia.



## O Sector Segurador Moçambicano tem Experimentado um Crescimento Estável e Moderado - Considera Amílcar Tivane



O Vice-Ministro da Economia e Finanças, Amílcar Tivane, assegurou que o sector segurador moçambicano tem experimentado um crescimento estável e moderado, tanto em termos de número de operadores como em termos de volume de produção medido através de prémios brutos emitidos.

Tivane falava em Maputo, no Seminário de Revisão da Legislação do Sector de Seguros e de Pensões, um evento levado a cabo pelo Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique, IP, (ISSM, IP), em parceria com o Banco Mundial e o Consórcio Callund, Ruparelia e Lei-Associados.

O Seminário tinha como objectivo auscultar diversas partes interessadas sobre a matéria de seguros com vista a adequar a legislação que assegure o desenvolvimento das actividades neste sector, de forma sã e credível, em defesa dos interesses dos consumidores e da estabilidade do mercado.

O vice-ministro disse que actualmente o mercado segurador conta com 18 seguradoras em virtude da transferência de carteira iniciada nos finais de 2021. De 2016 a 2021, de 621 para 877 operadores de seguros, dos quais 21 são seguradoras, 1 resseguradora, 3 micro-seguradoras, 7 entidades gestoras de fundos de pensões complementares, 131 mediadores

de seguros, entre outros, frisou o dirigente acrescentando que no mesmo período, quanto ao volume de produção, o sector registou o crescimento de 10.6 mil milhões de meticais para 20.2 mil milhões de meticais, situando-se a taxa de penetração dos seguros na economia actualmente em 2% do PIB.

Tivane garantiu que embora os resultados reportados sejam animadores, inúmeros são os desafios, sendo importante que o Governo e os operadores de seguros estudem conjuntamente as melhores estratégias que permitam o fortalecimento do sector em prol do mercado mais sólido, credível e inclusivo.

A legislação que rege o sector de seguros e de pensões, designadamente, o decreto-lei no 1/2010, de 31 de dezembro, que aprova o regime jurídico dos seguros, e o respectivo regulamento, aprovado pelo decreto no 30/2011, de 17 de agosto, bem como o regulamento sobre a constituição e gestão de fundos de pensões no âmbito da segurança social complementar, data de 2009, no âmbito do programa de assistência técnica ao sector financeiro, conhecido pela sigla FSTAP.



Para o dirigente, o presente seminário realiza-se num momento em que as acções do Governo estão centradas na retirada do país da lista cinzenta do grupo de acção financeira, no quadro da prevenção e combate ao branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e financiamento da proliferação de armas de destruição em massa, exigindo aos operadores o cumprimento escrupoloso de normas sobre esta matéria.

À este respeito, o Governo aprovou os decretos nº 23/2023, de 19 de Maio, que altera os artigos 3, 7, 8, 19, 20, 22, 25, 26, 46, 49, 53, 56 e 59 do regulamento da constituição e gestão de fundos de pensões, no âmbito da segurança social complementar, aprovado pelo decreto no 25/2009, de 17 de agosto e revoga algumas disposições do mesmo regulamento, e o decreto no 24/2023, de 19 de maio, que

altera os artigos 6, 7, 9, 22, 27, 81, 89, 107, 108, 116, 117, 120, 129, 131, 133 e 136 do regulamento das condições de acesso e do exercício da actividade seguradora e da respectiva mediação, aprovado pelo decreto no 30/2011, de 11 de agosto, e revoga algumas disposições do mesmo regulamento, sublinhou.

Para Tivane, os diplomas legais acima referidos foram aprovados para estarem em consonância com a lei no 11/2022, de 7 de Julho, lei de prevenção e combate ao branqueamento de capitais financiamento do terrorismo e financiamento de proliferação de armas de destruição em massa.

Importa referir que o ISSM, IP, definiu como um dos objectivos a modernização dos sistemas de informação que se materializa por, entre outras, a acção de modernizar e inovar soluções de tecnologias de informação e comunicação, através da

implementação de diversos sistemas que visam apoiar o processo de supervisão e fiscalização da actividade de seguros e de fundos de pensões em Moçambique, para a concretização deste desiderato, o ISSM, IP, aderiu ao sistema informático denominado Bank Supervision Application (bsa), uma solução de software de supervisão bancária robusta, segura e estável, já customizada para o sector de seguros, sob gestão do Banco de Moçambique.

Por fim, outro desafio diz respeito ao pacote de medidas de aceleração económica, a entidade de supervisão de seguros, no âmbito da medida 17, deve “fortalecer a supervisão dos fundos da previdência social e fundos complementares”, assim, todos os fundos de pensões, incluindo os geridos pelo inss, passarão a ser supervisionados pelo ISSM,IP.





## Moçambique conseguiu “progressos enormes” que podem culminar com a sua retirada da “lista cinzenta” até ao primeiro semestre de 2024



“Sem o cumprimento destas seis recomendações, aqueles que eles designam ‘big six’, sem estas, não há diálogo possível”, com o GAFI, sublinhou.

Apesar das melhorias, Moçambique não vai a tempo de ser retirado da lista cinzenta este ano, porque tem de apresentar um relatório para avaliação ao GAFI a 28 de Julho, antes da sessão extraordinária da Assembleia da República, órgão que deve aprovar os referidos instrumentos legais e que se vai reunir em Agosto, observou Luís Cezerilo.

As referidas normas fazem parte das chamadas “big six”, que na linguagem do GAFI se refere às seis principais regras que um país deve obrigatoriamente cumprir para sair da referida classificação desfavorável.

Mas, no total, Moçambique recebeu 40 recomendações, para ser removido da referida lista, tendo cumprido parcialmente 21 e não cumprido 13, excluindo destas as aludidas “seis grandes” recomendações, afirmou o director-general adjunto do GIFIM.

“O que este ano vamos fazer é demonstrar ao GAFI que, quer ao nível da conformidade, quer ao nível da efectividade, já demos progressos enormes e na próxima sessão de março ou Abril de 2024, ai sim, se abre a janela”, para a remoção do nome de Moçambique da lista cinzenta, afirmou Luís Cezerilo, director-general adjunto do Gabinete de Informação Financeira de Moçambique (GIFIM), à Lusa.

Cezerilo apontou a aprovação pelo Governo de propostas de revisão das leis de

branqueamento de capitais e de financiamento ao terrorismo e da já prevista aprovação dos respectivos regulamentos como avanços importantes que o país já deu na conformação do quadro normativo às recomendações dadas pelo GAFI.

Por outro lado, prosseguiu, as autoridades estão a trabalhar para terem brevemente uma lei de confisco fiscal e um estatuto do beneficiário efectivo, como parte do roteiro visando a retirada do país da lista cinzenta, em que foi incluído em outubro de 2022.



## BVM Apostada no Aprimoramento de Medidas para Combate ao Crime de Branqueamento de Capitais



**A** Bolsa de Valores de Moçambique (BVM), reforçou os mecanismos de auditoria e gestão interna, compliance e boa governação corporativa, no quadro das medidas tendentes ao combate ao crime de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo no país.

A garantia foi dada pelo Presidente do Conselho de Administração da BVM, Salim Cripton Valá, durante a XVIII Conferência Anual do Sector Privado (CASP), que decorreu, em Maputo, de 21 a 23 de Junho do corrente ano.

“Perante o perigo iminente, nos últimos anos, temos reforçado os mecanismos de

auditoria e controlo, gestão de risco, compliance e boa governação. As sociedades anónimas são obrigadas a registar-se na Central de Valores Mobiliários (CVM), reforçando deste modo os valores de integridade, credibilidade, confiança e transparência nas transacções envolvendo valores mobiliários”, disse Salim Cripton Valá.



A BVM conta, actualmente, com 13 empresas cotadas e uma capitalização bolsista de 177.664,22 milhões de meticais, representando 26 por cento do Produto Interno Bruto (PIB); 249 títulos; e 25.110 titulares registados na CVM.

Num outro desenvolvimento, o PCA da BVM apontou que os desafios enfrentados são enormes, daí que a instituição tem estado a implementar reformas inovadoras com vista à identificação de transacções suspeitas e, igualmente, estar em consonância com outras instituições congéneres internacionais.

A XVIII Conferência Anual do Sector Privado, um evento de três dias, decorreu sob o lema: “Transformação, Inovação e Sustentabilidade para Competitividade Industrial”.

Num outro evento, ocorrido no dia 21 de Junho, Salim Cripton Valá foi convidado a abordar: “O apoio das organizações do sistema das Nações Unidas, do sector

privado e da sociedade civil no fortalecimento das instituições nacionais e implementadoras das políticas de comunicação para o desenvolvimento”, durante a primeira Conferência Internacional sobre Comunicação para o Desenvolvimento, co-organizada pelo Gabinete de Informação (GABINFO) e Instituto de Comunicação Social (ICS).

Na ocasião, Valá disse que o ICS deve forjar parcerias fortes, que contribuam para a promoção da comunicação para o desenvolvimento.

Neste sentido, deixou ficar quatro mensagens que podem servir de base orientadora para a materialização deste desiderato: “I – A juventude hoje não conhece o papel e a relevância do ICS, e Moçambique é um país jovem e de jovens; II – Os sucessos e resultados positivos alcançados no passado não garantem, por si, os sucessos no presente e no futuro, mas podem iluminar e inspirar. É vital

reinventar e reenergizar o ICS e adequá-lo ao novo contexto”.

Apontou ainda que “III - O lugar e o papel do ICS na comunicação para o desenvolvimento não foi grandemente ocupado pelas novas TIC’s. E ainda há muitas oportunidades que o ICS pode explorar no presente e no futuro; e, por fim, IV - O ICS tem de perceber o que pode vender ao mercado, porque tem valor, entender o que o mercado pretende e adoptar uma abordagem de via dupla (orientar-se pela oferta, mas também pela procura). O ICS pode estabelecer parcerias com o Banco de Moçambique, BVM e ISSM na implementação dos seus programas de educação financeira. A nossa recomendação é que apostem na digitalização”.

Dados actuais indicam que a taxa de bancarização ronda os 34 por cento; a taxa de inclusão financeira é de 48 por cento; e a da penetração de seguros está fixada em 1.96 por cento.



## Carla Louveira Lança 17 Estudos Temáticos do INE



**A** Vice-Ministra da Economia e Finanças, Carla Louveira procedeu com o lançamento de 17 Estudos Temáticos resultantes do IV Recenseamento Geral da População e Habitação em Moçambique 2017 (IV RGPH 2017), numa cerimónia realizada em Maputo.

Os referidos Estudos foram elaborados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e fornecem análises temáticas aprofundadas sobre as

características e condições de vida da população moçambicana.

Para a vice-ministra, os estudos oferecem uma riqueza de conhecimentos sobre os principais tópicos sociais e económicos, analisam as disparidades e desigualdades geográficas e sociais e acompanham o progresso das realizações dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no país, a fim de aumentar a disponibilidade,

a compreensão e a ampla utilização dos dados dos Censos para a educação, política, planeamento e a acção governativa.

Os Estudos apoiarão o Governo, a Sociedade Civil, o meio académico e outras partes interessadas na elaboração de recomendações políticas baseadas em dados concretos, bem como no planeamento e acompanhamento de programas de desenvolvimento que



possam resultar na melhoria do bem-estar das pessoas mais vulneráveis no país, enalteceu.

Para Louveira, cada estudo incide sobre um tema, incluindo Mortalidade, Mortalidade Materna, Fertilidade e Nupcialidade, Questões de Género, Juventude, Deficiência, Projecções Populacionais, Condições Domésticas e Habitacionais, Força de Trabalho, Educação, Língua, Crianças, Migração e Urbanização, População Idosa e Inclusão Financeira.

Por seu turno, a Presidente do INE, Eliza Ana Mónica Magaua, intervindo na ocasião, lançou um desafio à Comunidade académica, aos demógrafos, aos antropólogos, sociólogos, filósofos, politólogos, economistas, jornalistas e demais pesquisadores, a usarem os dados como ponto de partida para a produção de monografias, estudos, artigos, debates e outras informações relevantes para auxiliarem processos de planificação, tomada de decisões, concepção de políticas públicas e desta forma, contribuir para o desenvolvimento do País.

Na mesma sequência, o Oficial a Cargo do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP) Walter Mendonça Filho, frisou que a sua instituição tem a honra de apoiar o Governo de Moçambique, trabalhando lado a lado com o INE, para fortalecer o uso e o impacto dos dados do IV RGPH de 2017, para a elaboração de políticas abrangentes e compreensivas. O lançamento dos estudos temáticos realiza-se após a análise profunda dos dados do Censo e reforça que, quando as evidências são amplamente conhecidas, compreendidas e efectivamente usadas, podem melhorar a vida de milhões de pessoas. Para o

cumprimento da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável é fundamental não deixar ninguém para trás, e os Estudos Temáticos ajudam o País a conseguir isso mesmo, garantindo que todos contam e são contados, disse.

Refira-se que, a realização do IV Censo, bem como a produção dos estudos temáticos, foi apoiada por um Fundo Fiduciário Plurianual de vários doadores gerido pelo FNUAP, que inclui financiamento e apoio técnico do Canadá, Alto Comissariado Britânico, Suécia, Noruega e Itália.

Os Estudos estão disponíveis para uso público no portal do INE ([www.ine.gov.mz](http://www.ine.gov.mz)).





## Carla Louveira no Diálogo Nacional Sobre Financiamento em Saúde para o Alcance da Cobertura Universal



A Vice-ministra da Economia e Finanças disse, durante o encerramento do Diálogo Nacional Sobre Financiamento em Saúde, ser necessário mobilizar recursos financeiros para o Sector da Saúde com vista ao alcance da Cobertura Universal.

Para a dirigente, o presente debate constitui o culminar dos pré-diálogos que tiveram lugar nos dias 10 e 11 de Junho corrente, que abordaram o financiamento sustentável na saúde, com vista ao alcance da meta de 15% na alocação dos orçamentos internos dos países africanos para este

sector, tal como previsto no compromisso de Abuja 2001. Assim, para o alcance deste desiderato, o país tem feito um grande esforço para a alocação de recursos ao sector da Saúde, não obstante os vários choques exógenos e endógenos que afectam a nossa economia, causando



pressões orçamentais e redução do espaço fiscal, como são os casos de desastres naturais cíclicos, destacando os ciclones Kenneth e Freddy, terrorismo em Cabo Delgado, bem como as consequências da Guerra na Ucrânia, frisou.

A Vice-ministra garantiu que até então Moçambique registou um progresso assinalável tendo atingido, nos últimos 5 anos, uma média de 13% do volume de recursos internos alocados a este sector, correspondente a uma média de 3,1% do PIB.

O Sector da saúde continuará a merecer a nossa maior atenção na mobilização de recursos para o alcance das metas nacionais e compromissos internacionais, bem como para a Cobertura Universal através da meta do Objectivo de Desenvolvimento Sustentável que diz respeito à “saúde e bem-estar para todos e em todas idades” sublinhou Louveira, acrescentando que com efeito, estes dois dias de debate nacional nos conduziram a alcançar consensos no financiamento a saúde e na necessidade de maior envolvimento de todos

os actores para encontrarmos soluções inovadoras com vista a assegurar a sustentabilidade e o investimento no sector da saúde.

A fonte assumiu, igualmente, que os desafios ainda existem, garantindo que o Governo fará tudo ao seu alcance com recursos domésticos e com reformas e incentivos fiscais para o cumprimento das agendas continental e global, contando com o apoio dos parceiros de desenvolvimento para a complementaridade dos investimentos neste sector.

O Governo reafirma o seu compromisso em aumentar o espaço fiscal para o sector da Saúde, tendo no nível das medidas do Pacote de Aceleração Económica (PAE), já iniciado com aprovação do novo decreto, aludindo que parte do Imposto sobre Consumo Específico que incide sobre tabaco, bebidas alcoólicas e não alcoólicas será alocado à saúde e ao desporto. Pretende-se, com esta decisão reduzir défices orçamentais enfrentados pelos referidos sectores, finalizou a dirigente.

Por seu turno, o Ministro da Saúde, Armindo Tiago,

defende maior financiamento ao sector da saúde. Para o governante, o serviço de saúde cobre 47 por cento do território nacional o que, segundo o responsável do sector, ainda é insuficiente e compromete o tratamento de doenças infecciosas e crónicas. De acordo com o titular da Saúde, o aumento da cobertura e da capacidade técnica dos serviços de saúde requer um investimento urgente.

“Esperamos compromissos que visam melhorar os investimentos no sector da saúde, através da utilização das plataformas conjuntas de coordenação e diálogo. Devemos consolidar a implementação de um único plano, um único orçamento e única monitoria e avaliação.”

O Diálogo Nacional Sobre Financiamento em Saúde, decorreu em Maputo e juntou parlamentares, representantes do Ministério da Economia e Finanças, membros da SADC, Sector Privado e toda a Sociedade Civil que actua na área de saúde, oferecendo e expandidos serviços de saúde, contribuindo para o bem-estar dos utentes.



No âmbito da Iniciativa Presidencial-Um Distrito, Um Hospital

## Max Tonela na Conferência Internacional de Investimento em Infraestruturas de Saúde



aumentar de forma progressiva a alocação de recursos para o sector da Saúde, que tem se aproximado da meta estabelecida na Declaração de Abuja (15%).

Em termos reais, os dados dos últimos cinco anos demonstram que as alocações orçamentais para o sector de saúde saíram de 20 mil milhões de MT, em 2017, (correspondente a 10.7% da Despesa Total do OE) para 43,3 mil milhões de MT em 2022 (correspondente a 12.5%). Para o ano de 2023 estão programados 13% da Despesa Total do Orçamento do Estado.

A fonte disse ainda que, no contexto dos compromissos de Abuja, o Governo continua a desenvolver reformas estruturantes conducentes ao aumento do espaço fiscal por via de medidas constantes no Pacote de Aceleração Económica - PAE.

Destacamos a consignação de 35% do Imposto sobre Consumo Específico-ICE para o sector de saúde e 15% para o sector do desporto, sublinhou o ministro, acrescentando que essas medidas estão em linha com os compromissos assumidos a nível da declaração do diálogo nacional de alto

O Ministro da Economia e Finanças, Max Tonela, afirmou que a saúde é um direito fundamental de todos os cidadãos, e o acesso aos serviços de saúde adequados desempenha um papel crucial no bem-estar e desenvolvimento de uma nação.

Tonela falava, em Maputo, durante a Conferência Internacional de Investimento sobre Infraestruturas de Saúde no âmbito da iniciativa Presidencial-Um Distrito, Um Hospital.

O titular da economia e finanças considera essencial a aposta no investimento adequado em infraestruturas de saúde,

fundamentalmente pelo contributo que prestam para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, pelo papel determinante na promoção do capital humano, igualdade e inclusão, especialmente no acesso aos serviços essenciais; e, por impulsionarem a transformação económica das nações.

Notamos a título de exemplo, que investidores e turistas levam em consideração a disponibilidade de serviços essenciais, como Saúde de qualidade ao tomar decisões sobre onde investir e visitar, frisou.

Tonela garantiu que o Governo de Moçambique tem vindo a



nível sobre a mobilização de recursos internos para o financiamento sustentável do sector e cobertura universal de saúde, ontem (dia 12 de Julho) assumidas pelo nosso país.

Para o Ministro Tonela, a alocação de recursos do Orçamento do Estado, acrescidos de empréstimos internacionais, complementados por contribuições de recursos doados por parceiros têm sido a forma tradicional de financiamento de infraestruturas de saúde em Moçambique.

No quadro da declaração estabelecida, reiteramos o nosso compromisso em continuar a mobilizar recursos para o financiamento ao sector da saúde. Entretanto, ainda prevalecem enormes desafios. Somos um país de baixa renda, com recursos financeiros limitados, que enfrenta adversidades para disponibilizar recursos para financiar infraestruturas sociais adequadas e as exigências de investimentos impõem a necessidade de adoptarmos mecanismos inovadores, para além das abordagens tradicionais de financiamento a que estamos habituados.

Ademais, são necessários cerca de 900 milhões de dólares americanos para concretizar esta iniciativa Um Distrito, Um Hospital e o país precisa de mais recursos para dispor

de centros hospitalares de excelência, referiu.

Max Tonela, considera ser um imperativo que o país avance para a exploração de modelos e mecanismos alternativos de financiamento que ajudem a impulsionar o desenvolvimento de infraestruturas de saúde e a melhorar o acesso aos serviços médicos de qualidade.

Devemos considerar o estabelecimento de parcerias público-privadas robustas que permitam o acesso ao financiamento para a construção, expansão e gestão de infraestruturas públicas, para ajudar a complementar os esforços do Estado na provisão de serviços de saúde de qualidade e acessíveis como já acontece em economias em desenvolvimento estão a fazer!

A fonte sublinhou ser essencial atrair o Investimento Directo Estrangeiro, a fim de trazer recursos financeiros adicionais, conhecimento especializado e tecnologia avançada para o fortalecimento do sector de saúde nacional.

Também há necessidade da troca de dívida pública por investimento na saúde (debt to health swap) de modo a permitir a alocação de valores resultantes em projectos de expansão da rede sanitária.

Temos exemplos bem-sucedidos destas abordagens na região e no continente. No

entanto, não devemos avançar sozinhos nesta visão. Devemos fazer uso da experiência e o conhecimento dos nossos parceiros, muitos dos quais aqui presentes.

Destacamos a OMS, os parceiros de cooperação, os doadores e operadores privados do sector a se unirem neste esforço de inovação no financiamento da saúde em Moçambique, enalteceu o dirigente acrescentando que, somente com um esforço conjunto, envolvendo recursos, experiência e determinação colectiva, podemos criar uma realidade mais saudável e sustentável para a saúde dos moçambicanos, para assegurar que os moçambicanos tenham acesso a serviços de saúde de qualidade e apropriados às suas necessidades. Outrossim, para viabilizar as alternativas de financiamento é imperativo que sejam estabelecidas reformas adequadas no quadro regulamentar para o aproveitamento pleno das vantagens associadas.

A terminar saúdo a presença do convidado de honra, o Director-geral da Organização Mundial da Saúde, Tedros Ghebreyesus, agradeço igualmente a vossa atenção com a esperança de que esta colaboração traga mudanças concretas e transformadoras para Moçambique.



## MEF no Lançamento do Relatório do Inquérito às Indústrias Manufactureiras Moçambicanas



de Políticas de Economia e Desenvolvimento do Ministério da Economia e Finanças (MEF), Enilde Sarmiento, informou que o programa IGM é uma colaboração forte e produtiva implementado pelo Governo através do MEF e pelo Centro de Estudos Económicos e de Gestão (CEEG) da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) em parceria com o Grupo de Pesquisa em Economia do Desenvolvimento da Universidade de Copenhaga (UCPH-DERG) (UNU-WIDER).

Como parte integral do trabalho no DNPED foram feitos durante os últimos anos diferentes estudos, sendo que o IIM de 2012, 2017 e agora em 2022 faz parte desse trabalho. Assim, hoje vamos ter uma oportunidade de reflectir sobre o sector manufactureiro e discutir os vários desafios e soluções políticas com base no último inquérito, afirmou a directora, acrescentando que é essencial para a formulação de políticas e entender como é que as empresas manufactureiras

O Ministério da Economia e Finanças através da Direcção Nacional de Políticas Económicas e Desenvolvimento (DNPED), em parceria com o Centro de Estudos de Economia e de Gestão (CEEG) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Universidade de Copenhaga (UCPH), e a UNE-WIDER, realizaram, no dia 06 de Julho corrente, o lançamento do Relatório do Inquérito às Indústrias Manufactureiras Moçambicanas (IIM 2022) da enquadrado no Programa e Crescimento Inclusivo em Moçambique (IGM).

O evento visava fornecer uma visão geral sobre os resultados chave do Inquérito às Indústrias Manufactureiras Moçambicanas (IIM 2022), oferecer uma oportunidade de esclarecer questões sobre a metodologia usada e os resultados do inquérito e discutir as principais conclusões e implicações do mesmo.

Na sessão de abertura do Fórum, a Directora Nacional



se desenvolvem, quais são os desafios que as mesmas enfrentam e como se pode tornar este sector mais competitivo ao nível dos mercados nacional, regionais e a escala global.

Para Sarmento, é importante notar que, o sector tem o potencial de ser um dos motores da economia do ponto de vista de contribuição no PIB, e nas ligações económicas, contribuindo de forma expressiva no processo de desenvolvimento do país. Outro aspecto importante a referir é que este sector também é um

potencial de criação de emprego.

O programa é financiado pelo Ministério de Negócios Estrangeiros da Finlândia, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da Noruega e pela Embaixada da Suíça em Moçambique.

O evento de meio dia, juntou formuladores de políticas locais, representantes do Sector Privado, Academia, Sociedade Civil, e público em geral, tendo consistido em três momentos, sendo o primeiro, apresentação do Inquérito às Indústrias Manufactureiras Moçambicanas 2022 (IIM

2022) e do relatório final IIM 2022, o segundo, sessão de Perguntas e Respostas sobre os resultados do inquérito 2/3 por fim um Painel que se debruçou sobre os principais constrangimentos e soluções ao desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas e o Painel de discussão com representantes das partes chave interessadas, a Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), o Ministério de Indústria e Comércio (MIC), o Instituto para a Promoção das Pequenas e Médias Empresas (IPEME) e Representante do Ministério da Economia e Finanças.





Elaborado pelo IEG

## Relatório Avalia Actividade do Banco Mundial em Moçambique



O Vice-Ministro da Economia e Finanças, Amílcar Tivane, participou, no dia 12 de Julho, na cerimónia de lançamento do Relatório de Avaliação das Actividades do Banco Mundial em Moçambique, no período compreendido entre 2008 e 2021.

O documento ora divulgado cobre um período de treze anos de

actividades do Banco no nosso país e foi elaborado pelo Independent Group Evaluation, IEG (Grupo de Avaliação Independente).

Intervindo na ocasião, Tivane disse que ao navegar por suas páginas, somos confrontados com uma visão clara das conquistas que alcançamos, bem como dos desafios que enfrentamos. Reconhecemos como

nação, que com o apoio do Grupo Banco Mundial (GBM) fizemos grandes avanços no fortalecimento de nossa economia, promovendo o crescimento e melhorando as condições de vida da nossa população.

Para o dirigente, o relatório oferece uma oportunidade única de reflexão sobre as realizações e identificação de áreas onde pode-se



melhorar ainda mais. É uma ferramenta valiosa que ajuda a identificar lacunas e a traçar estratégias eficazes para alcançar os objectivos de desenvolvimento económico e sustentável, frisou.

No seu entender, nas duas décadas depois da guerra civil, Moçambique conseguiu posicionar-se como uma das economias com crescimento mais rápido no Mundo, ao registar um crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) em cerca de 7,5% e 4,8% em termos per capita. Este fenómeno impulsionou a renda e a qualidade de vida das populações, de tal forma que, mesmo prevalecendo a problemática de desigualdade, a pobreza caiu de 60,3% em 2002 para 48,4% em 2015.

Desde 2016, com a descoberta das dívidas

não declaradas, aliadas aos conflitos militares no norte do país, desastres naturais, eclosão da Pandemia da COVID-19, o ritmo de crescimento económico do País desacelerou, tendo chegado a registar, pela primeira vez, uma recessão em 2020. Apesar dos desafios significativos enfrentados, tanto internos quanto externos, nossa resiliência e determinação têm sido fundamentais para superar essas dificuldades e avançar em direcção a um futuro próspero. O Governo de Moçambique tem trabalhado arduamente para criar um ambiente favorável aos investimentos, fortalecer a estabilidade económica e promover a inclusão social, referiu o dirigente.

Para o Vice-Ministro da Economia e Finanças, o Governo está ciente de que há muito trabalho por ser feito. Por isso, com

base nas recomendações apresentadas no documento, continuará a buscar políticas económicas sólidas, investimentos estratégicos e reformas estruturais para impulsionar ainda mais o crescimento económico e melhorar a qualidade de vida de todos os moçambicanos, disse.

Na sua óptica, é fundamental que todos os sectores da sociedade participem deste processo de transformação. Somente com uma abordagem colaborativa e inclusiva seremos capazes de enfrentar os desafios que se apresentam e aproveitar as oportunidades que se abrem diante de nós.

O evento decorreu em formato híbrido e contou com a participação de individualidades do Governo, Assembleia da República, Banco Mundial e da Sociedade Civil.



## Investimento em Cibersegurança é um Imperativo para o Desenvolvimento Institucional - Defende Salim Valá, Presidente do Conselho de Administração da Bolsa de Valores de Moçambique (BVM)



A Bolsa de Valores de Moçambique (BVM) participou, no dia 18 de Julho de 2023, em Maputo, no “Cybersecurity Summit Moçambique”, evento co-organizado pela Média Club e Bravantic.

O evento reuniu à mesma mesa players do sector (empresas nacionais e internacionais do ramo tecnológico),

instituições financeiras e entidades governamentais, para uma reflexão em torno da cibersegurança no país, em África e no mundo.

Na ocasião, o Presidente do Conselho de Administração da BVM, Salim Cripton Valá, defendeu a necessidade de as empresas, sobretudo as que actuam no ramo financeiro, apostarem em investimento

significativo no domínio da cibersegurança.

Para Salim Valá, o investimento em cibersegurança configura hoje, um verdadeiro imperativo para as empresas e uma aposta inequívoca nesta área permite dar uma resposta cabal aos desafios de segurança, que tendem a aumentar com a evolução tecnológica e das sociedades.



O PCA da BVM foi orador no painel que debateu as “Tendências da Cibersegurança em África” bem como a “Detecção e prevenção de ciberataques: novos desafios para as organizações”.

“A questão da cibersegurança é vital para as instituições financeiras. No caso específico do sistema financeiro, isto pode afectar na questão da liquidez, perda do acesso a recursos de que as instituições dispõem. Temos casos extremos, em que vemos os nossos serviços a serem interrompidos, e isso só pode ser ultrapassado se tivermos mais capacidade, mais resiliência e com sistemas mais robustos”, defendeu Salim Cripton Valá.

Num outro desenvolvimento, o PCA da BVM referiu que, nos últimos anos,

as vulnerabilidades aos ciberataques aumentaram e as instituições são convocadas a adoptar um conjunto de medidas, onde se destacam, dentre várias, a melhoria do quadro analítico das instituições, o investimento em tecnologia (hardware e software) bem como a introdução de sistemas robustos de monitoria e o reforço da capacidade humana e tecnológica de resistência aos ataques cibernéticos.

Apesar dos esforços que temos estado a fazer e do facto da nossa Bolsa de Valores ser ainda de reduzida dimensão, volume de negócios e liquidez (com 13 empresas cotadas, capitalização bolsista em % do PIB de 24,59%, volume de negócios de 16.177,62 milhões de MT e índice de liquidez de 9,14%), não podemos perder

de vista que instituições financeiras como a Bolsa de Valores de Nova York, NASDAQ, EQUIVOX, JPMORGAN CHASE, Banco de Bangladesh e Bolsa de Valores da Índia (em Mumbai), sofreram no passado ataques que resultaram na interrupção de serviços, manipulação de preços, roubo de informação, prejuízos financeiros ou danos reputacionais.

A finalizar, Valá reconheceu a “necessidade contínua do aprimoramento das medidas de segurança, para reduzir os riscos e apostar na resiliência cibernética, enfatizando que isso requer uma capacitação permanente, partilha de informação entre as nossas instituições e encarar a segurança cibernética como um desafio de responsabilidades partilhadas”.





## Capacitação em Normas de Contratação Pública Junta Técnicos de Instituições Beneficiárias do GEPRES



Espera-se que os participantes consolidem, actualizem e aprofundem os conteúdos programados, resultando em maior desempenho do projecto.

Maita referiu, igualmente, que com o projecto GEPRES espera-se apoio ao Pacote de Medidas de Aceleração Económica (PAE) do Governo de Moçambique, entre outras medidas, através da criação de um Fundo de Garantia de Crédito Nacional, o primeiro do género em Moçambique. É também esperado que possam aumentar as oportunidades económicas através do aprofundamento de reformas no ambiente de negócios, expansão do acesso aos mercados, bem como, capacitação e financiamento.

Nos próximos seis anos, auguramos que o GEPRES ajude na criação de 26 mil novos empregos. É com o mesmo projecto que é possível

**D**ecorreu na Província de Maputo, no Posto Administrativo da Ponta de Ouro, a segunda fase de capacitação sobre Normas e Procedimentos de Procurement do Banco Mundial (BM).

A Formação de cinco dias foi financiada pelo Projecto de Gestão de Recursos Públicos para Prestação de Serviços (GEPRES) e juntou profissionais afectos às Unidades Gestoras e Executoras de Aquisições (UGEA) de Nível Central, Instituições Tuteladas e outros órgãos beneficiários do Projecto, especificamente, a Assembleia da República, o Tribunal Administrativo, a Inspeção Geral de Finanças e o Instituto de Gestão das Participações do Estado.

O fim deste exercício é capacitar os formandos em princípios, normas e procedimentos de procurement aplicáveis as contratações decorrentes dos

projectos financiados pelo Banco Mundial (BM).

Intervindo na sessão de abertura da reunião, a Coordenadora do Projecto GEPRES, Augusta Maita, garantiu que o BM está apoiando o Governo de Moçambique na Gestão de Recursos Públicos e a enfrentar múltiplos choques económicos. Dentre as várias acções de formação previstas, enquadra-se esta capacitação.





a realização desta capacitação, por sinal não é primeira do gênero, que os colegas estão a ser beneficiários, visto que já se realizou no ano passado, em Bilene, a primeira fase, e hoje estamos concentrados aqui para uma reflexão, análise e esclarecimentos de algumas dúvidas que possam existir, referiu.

A coordenadora afirmou, igualmente, que, com o Projecto GEPRES o BM espera ver melhoradas a administração das receitas internas, a execução orçamental, a transparência e a responsabilização na gestão dos recursos públicos para a prestação de serviços e dar uma resposta imediata a qualquer crise ou emergência elegível. Todos somos os beneficiários finais deste projecto, quero dizer, todo o cidadão moçambicano, vai-se beneficiar da melhoria

da prestação de serviços como resultado das actividades de apoio a uma melhor eficiência e transparência na gestão dos recursos públicos, enalteceu.

Na qualidade de anfitriã do evento, a Chefe do Departamento de Aquisições, Claudina Cassamo, referiu que a capacitação consta do Plano de Formação 2022-2024 e, foi programada para realizar-se em duas fases, sendo que a primeira realizou-se em Setembro do ano passado, e visava garantir maior domínio dos processos pelos profissionais e maior eficiência na contratação, assegurando maior rigor e celeridade na observância dos procedimentos requeridos pelo BM e o Value for Money (Vof), consonantes com os objectivos do GEPRES, frisou.

Cassamo sublinhou que a formação nesta segunda fase

vai, entre outros aspectos, aprofundar temas práticos sobre a metodologia de elaboração de termos de referências, elaboração de relatórios de avaliação, processos de negociação de contratos e prazos que envolvem o processo de contratação.

Refira-se que no contexto das Contratações Públicas de âmbito nacional, no passado mês de Março, o Ministério da Economia e Finanças fez a divulgação do novo Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado com vista a responder aos principais desafios que se impõe decorrentes do crescimento económico e social, e das novas oportunidades daí emergentes, bem como unificar toda a legislação dispersa relativa às aquisições públicas.





## Foi uma Capacitação Valiosa Olhando para as Possíveis Dúvidas que Trazíamos - Janeth Dalsuco



Creio que tenha sido uma formação bem elaborada para todos que foram contemplados desta vez porque foi possível sanar algumas lacunas que travávamos no exercício das nossas actividades. Por acaso é minha primeira capacitação no âmbito do GEPRES na área de normas de Contratação pública sinto-me lisonjeada, pois, sairei deste local bem equipada tecnicamente. Fico mais feliz ainda por saber que temos material disponível que a formadora irá deixar para em caso de dúvidas podermos consultar, mas, creio que não haverá necessidade de consulta porque tentamos sanar todas as dúvidas que trazíamos. Espero viabilizar a contratação pública, seguindo os passos dados nesta formação, os conteúdos trazidos foram todos bons, é caso para dizer, valeu a pena estar neste local.

## È preciso ter muita atenção na contratação de bens e serviços de fornecedores externos - João Michumo



Foi muito vantajoso participarmos da capacitação organizada pelo BM através do projecto GEPRES, foi possível aprimorar tudo quanto sabemos a cerca da contratação pública de bens e serviços de fornecedores externos. Devo ressaltar que é igualmente necessário entender todos os procedimentos necessários para contratar prestadores de serviços com segurança e cuidado. A formadora trouxe todos os passos a tomarmos em conta para termos um processo de contratação pública completo. Devemos aprimorar todos os passos dados de modo a fazermos o nosso trabalho com eficácia. Daqui para frente esperem ver um Joaozinho "completo" tecnicamente nesta componente.



## Foi uma capacitação brilhante, saímos carregados de novos conteúdos - Leovelgida Nhampule



Fazer parte desta capacitação foi para mim uma grande honra porque sairemos deste lugar com novos conteúdos que irão de certa maneira catapultar as nossas acções durante o nosso ofício. Sempre se faz uma capacitação é preciso olhar para as fragilidades existentes e tentar ao máximo procurar soluções durante a formação, é o meu caso, fui capaz de sanar todas as dúvidas e limitações que travava no meu dia a dia no sector, aqui descarregamos tudo que nos limitava e voltamos renovados. Atingimos as nossas expectativas, só precisamos seguir as normas do Banco Mundial no âmbito das normas de contratação pública, o resto ficou claro nesta formação.

## Foi a minha primeira vez a beneficiar de processos de consultoria com regras do BM - Nelma Timana



Com o projecto GEPRES foi possível levar a cabo esta capacitação que foi bastante positiva, no passado, no meu sector, por exemplo, só tínhamos uma colegas que está dentro das balizadas requeridas pelo Banco Mundial, (BM) no âmbito de Normas de Contratação Publica, assim, não será a única a remar sozinha, é o todo o staff num único rumo. Hoje tivemos o privilegio de sermos capacitados nesta matéria e quiçá nos próximos dias tenhamos mais oportunidade de trazer novos conteúdos que o BM usa como modelo de trabalho nesta área. Houve muitos avanços nesta capacitação em termos de conteúdos traçados para a capacitação, tinhas muita teoria e hoje foi possível fazer a fusão entre a teoria e a prática, espero que melhoremos o nosso desempenho durante o nosso trabalho, isso vai espelhar todo o aprendizado que tivemos neste local.

## FICHA TÉCNICA

### Gabinete de Comunicação e Imagem DISP.REGº/GABINFO-DEC/2009

#### Director

Alfredo Mutombene

#### Edição e Desenho Gráfico

Emílio Fuel  
Lucrecia Nhabomba  
CINE Grupo

#### Redacção

Lucrecia Nhabomba  
Luís Tobela  
Felisberto Matsinhe

#### Revisão

Messias Sofrinho

#### Fotografia

Emílio Fuel  
Jaime Guibango

#### Colaboradores

Domingos Chapungo (ISSM), Calima, Francisca e Maraneja (IGF), Francisco Chang (C. Maputo), Euclides Matavata e Janeth Laice (CEDSIF), Fenias Zimba (AT), Paula Bila e A. Nhabanga (BVM), Benjamim Portugal e Ângela E. Santo (AdZ), Mateus Matine (MARP), Ussene Bay (Gaza), Naftal (Inhambane), Lifitério (Sofala), Bento Lulú (Manica), Zainuro Mussa (Zambézia), Gonçalo e Rocha (Tete), Benedito Sabonete (Nampula), A. Mendonça (Cabo-Delgado), Benessone Bonomar (Niassa)

Av.10 de Novembro, Caixa Postal Nº 272  
Tlf: +258 (21) 327494 Fax: +258 (21) 315067  
Maputo - Moçambique Website: [www.mef.gov.mz](http://www.mef.gov.mz)